

Relações de poder, capacitismo e Relações Públicas: sentidos evocados por trabalhadores com deficiência visual¹

Guilherme Ferreira de OLIVEIRA²

Suely MACIEL³

Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Bauru/SP.

Resumo

Este trabalho objetiva desvelar marcas de relações de poder mediadas pela acessibilidade e pelo capacitismo, nas relações entre trabalhadores com deficiência visual e organizações, pela perspectiva das Relações Públicas Críticas. Parte-se de uma abordagem qualitativa e descritiva de respostas de uma pesquisa de campo aplicada com 34 trabalhadores com deficiência visual a partir de questionários anônimos e *online* (Google Forms). Tem-se que são evocados sentidos de relação de dependência, desigualdade e despreparo das organizações.

Palavras-chave: Relações Públicas; Capacitismo; Inclusão; Deficiência.

Introdução

As Relações Públicas compõem um campo social, acadêmico e profissional (Lemos, 2017) que possui diferentes abordagens, embora a grande maioria seja relacionada às práticas em organizações. Henriques (2021) explica que as Relações Públicas contemplam um amplo campo de práticas comunicativas que envolvem a sociedade e os fenômenos que acontecem no espaço público. Em concordância, Van Ruler e Verčič (2003) resgatam que as Relações Públicas devem olhar para a esfera pública e as demandas sociais, mesmo que o foco esteja na atuação organizacional.

A partir disso, assume-se neste trabalho, que o olhar das Relações Públicas pode recair sobre as condições políticas e socioculturais dos públicos (Gonçalves, 2015), em específico o dos trabalhadores com deficiência visual. O foco do olhar das Relações Públicas Críticas está na manifestação de estruturas e relações de poder na linguagem e nos comportamentos das organizações e dos públicos (Ihlen; Van Ruler,

¹ Trabalho apresentado na Sessão Temática Ética, comunicação e riscos nas relações organizacionais, atividade integrante do XIX Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas.

² Doutorando em Comunicação pela Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp), e-mail guilherme.f.oliveira@unesp.br

³ Docente do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp), e-mail suely.maciell@unesp.br

2009). Assim, objetiva-se desvelar marcas de relações de poder mediadas pelo capacitismo e a acessibilidade, nas relações entre trabalhadores com deficiência visual e organizações, pela perspectiva das Relações Públicas Críticas. Parte-se de uma abordagem qualitativa e descritiva de uma pesquisa de campo aplicada a partir de questionários anônimos e *online* (via *Google Forms*) de 12 de abril a 28 de maio de 2024 e divulgado com o apoio de instituições de pessoas com deficiência visual, além de contato com profissionais da área da acessibilidade.

Resultados e discussão

Ao todo, 34 pessoas com deficiência visual responderam ao questionário exploratório sobre suas experiências com a comunicação interna das organizações em que trabalham. Dos respondentes, 28 são pessoas cegas e seis são pessoas com baixa visão. O objetivo da pesquisa de campo não foi generalizar todas as experiências desta parcela da população, mas sim encontrar possibilidades de análise existentes nos sentidos das experiências de trabalhadores com deficiência visual (Oliveira, 2024). 17 se identificam com o gênero masculino, enquanto 17, com o gênero feminino. A faixa etária dos respondentes concentrou-se entre 31 e 45 anos e a maioria atua de forma presencialmente e/ou híbrida, em organizações públicas e/ou privadas.

É importante reconhecer que trabalhadores com deficiência visual já percebem a dependência gerada pelo desalinhamento de “contribuições” entre as partes. Quando a organização não assegura acessibilidade e transfere ao trabalhador a responsabilidade de acessar informações, ele busca alternativas, como o apoio de colegas. R1 relata: *“no meu caso, onde o trabalho é remoto, sempre preciso que os colegas estejam fazendo descrição das imagens, nos slides que apresentam, os conteúdos que estão me passando”*. Apesar da não garantia do acesso, alguns colegas colaboram. Já R17 vivencia o oposto: *“dependendo do comportamento, quando vamos pedir ajuda a algum colega de trabalho, ou ele se recusa, ou não tem uma boa vontade”*.

A R7 avalia o cenário da seguinte maneira: *“já avançamos bastante. Mas falta muito. Acho que a inclusão não depende só dos recursos. Depende muito das pessoas”*. A relação de dependência construída entre o trabalhador com deficiência visual e os demais trabalhadores pode trazer prejuízos para a forma como o primeiro

se relaciona no ambiente organizacional. Existe, de forma implícita, um desalinhamento de poder e autonomia. A partir disso, as relações organizacionais acabam se pautando na desigualdade: o outro (com deficiência visual) precisa que alguém (ou algo) torne disponível a informação. Esse descompasso se dá por uma questão estrutural das organizações que não consideram a acessibilidade na comunicação interna. Além disso, estas também podem não estar abertas ao diálogo, como revela a experiência do R35: *“é um desperdício de energia muito grande tentar sempre adivinhar minha necessidade quando seria muito mais simples conversarmos”*.

Essas situações privam trabalhadores com deficiência do pleno exercício da cidadania, pois o acesso à informação é essencial para isso (Bonito; Santos, 2020): *“se não há acessibilidade, torna-se impossível o processo de independência das pessoas com deficiência”* (R24). Não se pode afirmar que a dependência elimina a cidadania, já que relações de apoio são parte dela (Santos; Mafra, 2018). Mas é preciso reconhecer o impacto da forma como essas relações são construídas nesse exercício.

Não somente nas organizações, mas em qualquer contexto social, os sujeitos se constroem em relação ao outro e em reconhecimento do outro (Honneth, 2003). Todavia, quando se fala de reconhecimento, é necessário que este seja das diferenças e individualidades (Honneth, 2003), sem juízos de valor e de hierarquia entre bom/ruim, melhor/pior. Acontece que, no caso das pessoas com deficiência visual, existe uma lente a partir da qual estes sujeitos são vistos socialmente: a do capacitismo.

O capacitismo, enquanto viés pelo qual a sociedade define um padrão de corpos e mentes (Gesser; Block; Mello, 2020), está presente nas estruturas organizacionais. O capacitismo é estrutural e estruturante (Gesser; Block; Mello, 2020) e dita formas ideais de se relacionar, com base nas corponormatividade. É na comunicação e nas práticas cotidianas que são expostos vestígios do capacitismo enquanto mediador de relações.

A partir da linguagem, da comunicação e dos discursos, práticas interacionais acontecem no ambiente organizacional e é assim que o capacitismo se manifesta em artefatos comunicacionais. É inegável que ele, enquanto estrutura, exerce poder e influência sobre como as relações se constroem. Calonego (2023, p. 45) afirma que “o poder está intrinsecamente vinculado à comunicação, a qual viabiliza espaços de negociações e interações de acordo com as estratégias organizacionais”. Os

interlocutores (sejam eles as organizações ou os demais trabalhadores) exercem uma dominação legitimada duplamente pela forma como a sociedade se organiza: a) em relações hierárquicas pela lente do capacitismo sobre as pessoas com e sem deficiência; b) privilegiando o visual (von der Weid, 2014; Machin, 2014).

Trata-se do resultado da soma de fatores externos (que refletem no ambiente interno) com estruturas de poder impostas pelas organizações, mesmo que de forma mascarada – o “poder inteligente” (Calonego, 2023, p. 46). A resistência por parte das organizações e o reforço de uma estrutura capacitista e visualmente centrada são formas de exercício de poder sobre os trabalhadores com deficiência visual. As palavras “resistência” e “despreparo”, especificamente, podem ser termos adequados para compreender, por exemplo, a experiência da R37 com as dificuldades enfrentadas no ambiente de trabalho: *“tem que partir sempre da gente, uma forma de estar orientando eles como lidar com essa situação. Vejo que as pessoas são muito perdidas. Falta muito da empresa tá orientando e dando condições para os outros colegas, funcionários, lidarem com o diferente, com o novo”* (R37).

Considerações finais

É nesse contexto que as Relações Públicas são chamadas a entrar em campo, ainda que, até o momento, este trabalho tenha se concentrado em denunciar situações e apresentar reflexões e propostas sobre relações de dependência e poder, mediadas por estruturas capacitistas. É possível (e preciso) convocar as Relações Públicas a se tornarem ativistas dos públicos, para que as organizações identifiquem demandas sociais como o respeito às diferenças (Ihlen; Verhoeven, 2017) e promovam mudanças culturais em prol da diversidade e da inclusão das pessoas com deficiência (Silveira; Pereira; Barcelos, 2014; Oliveira; Escarabello Junior; Maciel, 2023; Oliveira, 2024).

Referências

- BONITO, M.; SANTOS, L. C. Produção narrativa sob a ótica da acessibilidade comunicativa. **La Rivada**, v. 8, n. 15, 2020.
- CALONEGO, R. **Neoliberalismo, relações de trabalho e efeitos de poder do discurso organizacional**. 2023. 163 f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP, 2023.

GESSER, M.; BLOCK, P.; MELLO, A. G. Estudos da deficiência: interseccionalidade, antipacitismo e emancipação social. In: GESSER, M.; BÖCK, G. L. K.; LOPES, P. H. (Orgs.). **Estudos da deficiência: antipacitismo e emancipação social**. Curitiba: CRV, 2020, p. 17-35.

GONÇALVES, G. Teorias de relações públicas: da visão sistêmica à radical. In: PADAMO, C. et al. **Relações Públicas e Comunicação Organizacional: desafios da globalização - Relações Públicas Estratégicas, Teorias e Áreas Táticas**. Lisboa: Escolar Editora, 2015, p. 67-86.

HENRIQUES, M. S. Relações Públicas e suas questões. In: CARDOSO, A. (Org.). **50 anos de histórias das Relações Públicas em Minas Gerais e Espírito Santo**. Divinópolis, MG: Gulliver, 2021, p. 165-179.

HONNETH, A. **A luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003.

IHLEN, Ø.; VERHOEVEN, P. Organization-society relationship. In: SCOTT, C. R. et al. (Eds.). **The International Encyclopedia of Organizational Communication**. Chichester, West Sussex; Malden, MA: John Wiley & Sons, 2017.

IHLEN, Ø.; VAN RULER, B. Introduction: Applying social theory to public relations. In: IHLEN, Ø.; VAN RULER, B.; FREDRIKSSON, M. (Eds.). **Public Relations and Social Theory: Key Figures and Concepts**. New York: Routledge, 2009, p. 1-20.

LEMONS, E. **A era pós-disciplinar e o ambiente contemporâneo de relações públicas: cosmovisão ampliada da disciplina**. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2017.

MACHIN, D. **Handbooks of communication science**. Berlin: Gruyter, 2014.

OLIVEIRA, G. F. **Acessibilidade na/da comunicação interna com pessoas com deficiência visual no ambiente organizacional**. 2024. 157 f. Dissertação (Mestrado em Mídia e Tecnologia) - Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design. Bauru/SP, 2024.

OLIVEIRA, G. F.; ESCARABELLO JUNIOR, J. R.; MACIEL, S. O papel das Relações Públicas e da Comunicação na inclusão de pessoas com deficiência nas organizações: uma revisão sistemática. **Revista Internacional de Relaciones Públicas**, v. 13, n. 26, p. 21-40, 2023.

SANTOS, A. C. C.; MAFRA, R. L. M. Abordagens teóricas em torno de sentidos de cidadania. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 87, 2018.

SILVEIRA, A.; PEREIRA, A. C. C.; BARCELOS, I. A Comunicação Organizacional e as pessoas com deficiência: questões de estigmas e preconceitos. In: CONGRESSO BRASILEIRO CIENTÍFICO DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E DE RELAÇÕES PÚBLICAS, 8, 2014, Londrina. **Anais [...]**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

VAN RULER, B.; VERČIČ, D. Perspectivas europeias das relações públicas. Tradução de John Franklin Arce. **Comunicação & Sociedade**, v. 24, n. 39, p. 155-172, 2003.

VON DER WEID, O. **Visual é só um dos suportes do sonho: práticas e conhecimentos de vidas com cegueira**. 2014. Tese (Doutorado em antropologia cultural). Rio de Janeiro, UFRJ.